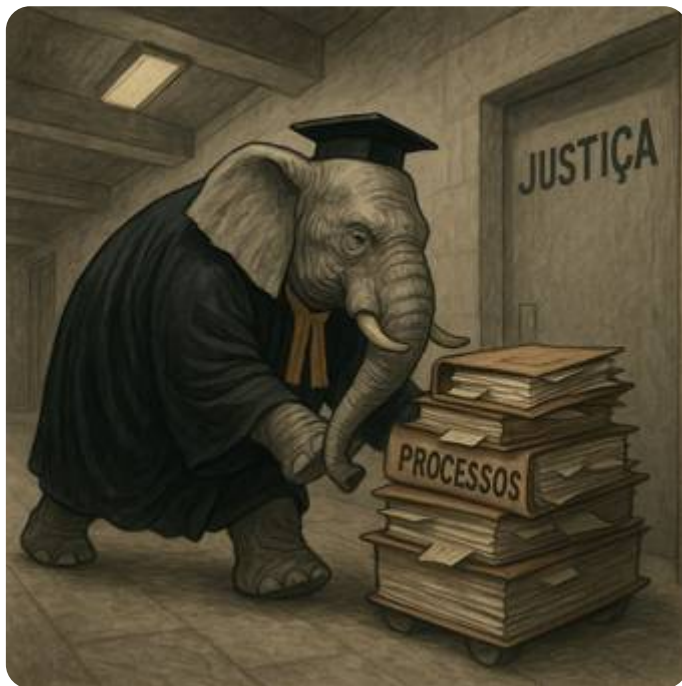


Justiça Cimentada: O Betão de Montenegro e o Silêncio dos Tribunais

Publicado em 2025-09-26 18:53:20



Box de Factos:



Quando a Justiça se faz de mármore, o poder esculpe a impunidade

Vivemos num país onde a justiça não é cega — apenas míope seletiva. Vê com nitidez quem rouba um pão no supermercado, mas tropeça em cimento fresco quando o escândalo tem gravata azul, assinatura ministerial e morada em Espinho.

O caso da **casa de Luís Montenegro**, o betão “oferecido” pela ABB, os pareceres do seu antigo escritório de advocacia, as adjudicações camarárias com cheiro a compadrio — **tudo permanece num nevoeiro judicial conveniente**, enquanto o tempo faz o que melhor sabe fazer em Portugal: abafar.



Betão mais rápido que o Tribunal

Segundo consta, o betão da moradia custou cerca de **37 mil euros**. Veio de uma construtora que, por mera coincidência, também venceu concursos públicos. E foi entregue a um empreiteiro com ligações a redes que a PJ já investigava. Coincidências? Portugal é especialista em coincidências que escorregam sempre para o lado do poder.

Mas o mais grave é isto: **há dois anos que a investigação prossegue sem conclusões públicas**. Enquanto isso, o atual primeiro-ministro diz que o processo “não existe”. E a verdade judicial continua trancada num cofre onde nem os ratos querem entrar.



Quando o silêncio processual se torna cúmplice

A lentidão da justiça em Portugal **não é inofensiva** — é **estruturalmente corruptora**. Permite que os casos se diluam na espuma dos dias, protege os mais poderosos, descredibiliza o Estado de Direito e transforma a indignação popular num eco sem destino.

É por isso que a pergunta que se impõe não é “Montenegro cometeu um crime?”

A pergunta urgente é:

“Por que razão o processo está em marcha lenta, a engonhar como se a verdade fosse opcional?”



A justiça que tarda não é justiça — é teatro decadente

Os portugueses já não confiam. E com razão.

O Ministério Público não é um templo — é um **palco onde se representa a moral**, mas raramente se pratica.

E quando os juízes têm mais medo de tocar no poder do que de falhar à justiça, o betão político torna-se uma muralha contra a verdade.

Conclusão

É tempo de exigir o que é básico numa democracia funcional:

- Prazos legais curtos para processos envolvendo figuras públicas.
- Publicação obrigatória dos estados processuais (sem comprometer o segredo de justiça).
- Transparência radical nos pareceres e adjudicações que envolvem altos cargos do Estado.
- E uma justiça que sirva o povo — **não os seus donos disfarçados de ministros.**

Porque a justiça não pode ser um monumento.

Tem de ser um rio.

Ágil. Incisivo. Imparável.

[coautoria icon="✍️"] 🌟📖 Fragmentos do Caos



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)

👁️ Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)